



INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

No sentido de modernizar o IPT, teve início o processo de Revitalização do Instituto que se somou ao movimento em curso, que já buscava uma mudança de foco desde 2005. Para apoiar esse processo empresários representativos do parque industrial nacional foram convidados para trazer experiências e conhecimentos sobre estratégia, gestão e visão de negócios. As respectivas empresas deram suporte técnico além de patrocinarem a contratação de consultorias para auxiliar nos trabalhos de revitalização.

Em 2006, continuando os processos de aprimoramento da gestão, foram conduzidas iniciativas de grande porte:

(i) adequação do modelo de governança, com ênfase nas melhores práticas, através de alterações no Estatuto Social do IPT. As principais modificações apresentadas no novo Estatuto foram: a criação do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e a reestruturação da Diretoria. O Conselho de Administração tornou-se o órgão de deliberação colegiada, estando entre suas funções a escolha do Diretor Presidente do IPT e a eleição e destituição dos diretores da Sociedade, fixando suas atribuições e sendo assessorado pelo Comitê de Auditoria. A Diretoria do IPT, até a reforma do Estatuto era eleita em Assembleia Geral.

(ii) um processo de mudança planejada, no qual as áreas técnicas foram orientadas para elaboração da proposta de plano de negócios cuja aprovação pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Orientação conduziu a uma nova estratégia negocial, será implementada em 2007. Para isso, as 97 linhas de atuação e produtos presentes nos diversos Centros no início de 2006 foram reduzidas a 54 em dezembro do mesmo ano. Da análise do desempenho de setores industriais e do portfólio de negócios resultou a seleção de segmentos estratégicos de atuação para o Instituto. São eles: Petróleo e Gás, Transportes, Materiais e Química e Infra-estrutura. Ao longo do ano foram realizados projetos relevantes podendo ser citados os "Projetos de navios de

grande porte: implantação do centro multi-usuário para a FINEP/PETROBRAS, projeto "Análise estrutural de 1.500 obras de arte para tráfego de veículos", para o DER e o projeto de "Geoprocessamento de edifícios públicos", realizado para a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

(iii) seguindo a política interna de atualizar e ampliar sua capacidade laboratorial para melhor atender às necessidades do Estado e do País, o Instituto adquiriu, em 2006 equipamentos no valor de R\$2.481.700,00, mediante projetos contratados pela FINEP com recursos de fundos setoriais. O IPT realizou, em 2006, grande esforço para captação de recursos de fomento para aplicação em 2007 e 2008, conseguindo aumentar em cerca de 10 vezes o volume obtido na venda de projetos envolvendo tais recursos quando comparado com 2006.

(iv) foi elaborado e aprovado pelo Conselho de Administração o Orçamento Gerencial para o exercício de 2007, seguindo os preceitos recomendados pelo mesmo no sentido de envolver todos os responsáveis pelas unidades técnicas e de apoio, com o objetivo de planejar a maximização do resultado da empresa.

Todas estas iniciativas foram imprescindíveis para a melhoria da organização do Instituto, para manter sua vitalidade no curto prazo e permitir a implementação do planejamento estratégico de longo prazo.

As medidas adotadas ao longo do ano resultaram no aumento da Receita Bruta, com prestação de serviços e venda de produtos, de R\$61.656.000,00 em 2005 para R\$67.625.000,00 em 2006, correspondendo a um aumento de 9,68%. Quanto à subvenção econômica (aporte de recursos do Tesouro), foi possível uma sensível redução no período, passando de R\$55.578.000,00 em 2005, para R\$47.749.000,00 em 2006, correspondendo a 16,4%.

São Paulo, março de 2007

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2006	2005	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2006	2005
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	201	492	Fornecedores	6.508	4.109
Aplicações financeiras (Nota 4)	5.504	5.436	Salários a pagar e encargos sociais	3.696	3.871
Créditos vinculados (Nota 5)	5.982	7.690	Obrigações tributárias (Nota 9)	13.060	10.279
Contas a receber (Nota 6)	6.332	5.027	Provisão para imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	577	-
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	3.538	1.978	Parcelamento de contribuições previdenciárias (Nota 10)	1.231	1.157
Impostos a recuperar (Nota 7)	5.191	4.900	Adiantamentos de clientes (Nota 11)	8.836	13.310
Fundo IPT-Saúde (Nota 18)	49	190	Provisão de férias e licença prêmio	6.709	6.553
Outros créditos	471	552	Provisões diversas	2.570	2.177
Total do Ativo Circulante	27.268	26.165	Outras contas a pagar	452	1.846
NÃO CIRCULANTE			Total do Passivo Circulante	43.639	43.302
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			NÃO CIRCULANTE		
Contas a receber (Nota 6)	138	571	Parcelamento de contribuições previdenciárias (Nota 10)	12.921	13.310
Depósitos judiciais (Nota 12)	330	346	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 12)	23.647	8.387
Outros créditos	269	279	Total do Passivo não Circulante	36.568	21.697
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos	-	46	Capital social (Nota 14)	134.743	134.743
Imobilizado (Nota 8)	80.928	86.069	Reservas de capital (Nota 15)	5.814	5.111
Total do Ativo não Circulante	81.665	87.311	Prejuízos acumulados	(111.831)	(91.377)
TOTAL DO ATIVO	108.933	113.476	Total do Patrimônio Líquido	28.726	48.477
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	108.933	113.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais - R\$, exceto o (prejuízo) lucro líquido do exercício por ação)

	2006	2005
RECEITA BRUTA		
Prestação de serviços e venda de produtos	67.625	61.656
Subvenção econômica (Nota 20)	47.749	55.578
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	115.374	117.234
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados	(7.614)	(6.857)
Devoluções e abatimentos	(20)	(58)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	107.740	110.319
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(86.280)	(82.490)
LUCRO BRUTO	21.460	27.829
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Administrativas e gerais	(11.852)	(11.262)
Serviços de terceiros	(3.852)	(3.816)
Depreciações e amortizações	(600)	(525)
Outras despesas operacionais, líquidas	(7.506)	(7.589)
RESULTADO OPERACIONAL	(2.350)	4.637
ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(2.350)	4.637
Receitas financeiras	569	278
Despesas financeiras	(4.230)	(3.739)
RESULTADO OPERACIONAL	(6.011)	1.176
Resultado não operacional, líquido	208	264
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IR E DA CS	(5.803)	1.440
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	(577)	(584)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(6.380)	856
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO EM R\$ (*)	(0,0004)	0,0001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais - R\$)

	2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS		
Das Operações:		
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(6.380)	856
Ajustes de exercícios anteriores	(14.074)	-
Itens que não afetam o capital circulante: Depreciações e amortizações	3.411	3.369
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.893	-
Juros no parcelamento de contribuições previdenciárias	843	1.135
Provisão para devedores duvidosos	386	-
Valor residual na baixa de imobilizado e investimento	3.690	9
	769	5.369
De Terceiros:		
Recebimento de doações	703	1.302
Aumento do passivo não circulante	-	674
Diminuição do ativo não circulante	57	767
Total das Origens	1.529	8.112
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Adições de imobilizado	1.867	3.030
Aumento do ativo não circulante (realizável a longo prazo)	-	1.082
Transferência do passivo não circulante para o circulante	1.231	1.157
Depósitos judiciais	(2.335)	14
Total das Aplicações	763	5.283
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	766	2.829
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO REPRESENTADAS POR		
Aumento no ativo circulante	1.103	5.027
Aumento no passivo circulante	337	2.198
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	766	2.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. ("IPT") tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico, (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria, (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução de problemas de tecnologia industrial do Estado e do País, (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo e por outras instituições de ensino superior, em áreas de interesse da ciência e da tecnologia, (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras, (f) prestar serviços a órgãos e entidades dos setores público e privado, (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas, (h) requerer o registro de patentes, (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos, e (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo.

O IPT possui Termo de Cooperação Técnico-Científica com a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT, cuja descrição está apresentada na nota explicativa nº 17.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: (i) Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 27 - "Apresentação e Divulgações", emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil em 03 de outubro de 2005 e aprovada pela Deliberação CVM nº 488, naquela mesma data; e (ii) NPC nº 22 - "Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas", emitida pelo IBRACON, em 03 de outubro de 2005. Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las aos normativos mencionados e permitir aos usuários a comparação com o exercício de 2006. As principais alterações resultantes da aplicação desses normativos foram as seguintes:

- Apresentação do grupo "Não circulante" no ativo e no passivo.
- Reclassificação dos depósitos judiciais, anteriormente classificados no ativo, para o passivo, como redutores da conta "Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas", nas situações em que seja aplicável. Algumas nomenclaturas e agrupamentos de contas, nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado e das origens e aplicações de recursos, foram alterados em relação ao ano anterior, para melhor classificação e apresentação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Resultado das Operações

Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Aplicações Financeiras e Créditos Vinculados

Registrados pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

d) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que consideram a vida útil econômica dos bens.

e) Parcelamento de Contribuições Previdenciárias

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrado na nota explicativa nº 10.

f) Passivos Circulante e não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

g) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do IPT. Para fins de demonstração estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

São constituídos com base em alíquotas e lucros tributáveis, ajustados conforme legislação específica. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados considerando as diferenças temporárias.

i) Receitas e Despesas Financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e parcelamento.

j) Lucro (Prejuízo) por Ação

Calculado com base na quantidade de ações nas datas de encerramento dos balanços.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração do IPT, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos, a divulgação de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e o registro das receitas e despesas dos exercícios. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2006	2005
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	324	2.440
Fundos de investimento em renda fixa	5.180	2.996
	5.504	5.436

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema e são remunerados em aproximadamente 98% da taxa SELIC em 31 de dezembro de 2006.

continuação

IPT

**INSTITUTO DE PESQUISAS
TECNOLOGICAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

5. CRÉDITOS VINCULADOS

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDBs nos montantes de R\$158 e R\$5.824, respectivamente (R\$1.238 e R\$6.452, respectivamente em 2005). Esses recursos são disponibilizados por agências de fomento para financiamento de projetos específicos.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras no montante de R\$520 em 2006 (R\$470 em 2005) são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Adiantamentos de clientes", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

6. CONTAS A RECEBER

	2006	2005
Contas a receber	8.500	6.980
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.030)	(1.382)
	<u>6.470</u>	<u>5.598</u>
Contas a receber a longo prazo	138	571
Contas a receber a curto prazo	6.332	5.027
	<u>6.470</u>	<u>5.598</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2006	2005
COFINS a compensar	2.661	2.709
PASEP a compensar	331	426
Contribuição social a compensar	1.081	708
Imposto de renda a compensar	797	630
Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras	121	30
IRRF a compensar	200	297
	<u>5.191</u>	<u>4.800</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de Depreciação - %	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	2006		2005	
				Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	37.283	-	37.283	37.283		
Edifícios e benfeitorias	2	49.922	(19.198)	30.724	31.658		
Máquinas e equipamentos	10	45.988	(38.274)	7.714	8.198		
Instalações	10	6.990	(5.659)	1.331	1.521		
Equipamentos de informática	20	9.358	(7.932)	1.426	1.546		
Instrumentos diversos	10	1.006	(970)	36	41		
Veículos	20	1.425	(1.140)	285	385		
Móveis e utensílios	10	2.395	(2.202)	193	173		
Outros	0-10	732	(437)	295	3.742		
Imobilizações em andamento	-	1.641	-	1.641	1.522		
		<u>156.740</u>	<u>(75.812)</u>	<u>80.928</u>	<u>86.069</u>		

A Lei Estadual nº 5.504, de 14 de janeiro de 1960, autorizou a Fazenda do Estado a alienar o imóvel, por doação, ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas na época, uma entidade autárquica da administração centralizada. Essa doação foi efetivada na escritura lavrada em cartório em 1º de agosto de 1960.

O Decreto Estadual nº 8.576 de 16 de setembro de 1976, extinguiu o IPT como autarquia, originando a Sociedade por Ações. Por conta disso, o terreno e os edifícios foram concedidos na integralização do capital social pela Fazenda do Estado de São Paulo na constituição do IPT como Sociedade por Ações. No entanto, os trâmites legais para a regularização da propriedade dos bens perante o Registro de Imóveis serão oportunamente providenciados pela Administração. O terreno e edifícios estão registrados pelo valor residual de R\$68.007 em 31 de dezembro de 2006 (R\$68.941 em 2005).

As imobilizações em andamento referem-se basicamente a máquinas e equipamentos adquiridos no período de 1994 a 1998 para projetos de fomento.

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2006	2005
ISS em atraso	10.940	9.552
PASEP e COFINS	424	-
IRRF - terceiros e funcionários	1.656	332
COFINS - retenção	14	300
PASEP - retenção	9	55
Outras	17	40
	<u>13.060</u>	<u>10.279</u>

10. PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em agosto de 2003, a Administração decidiu aderir ao Programa de Parcelamento Especial de Tributos - PAES oferecido pelo Governo Federal para parcelamento de contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no montante de R\$13.965 a ser pago em 180 parcelas mensais atualizadas pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, com término previsto para agosto de 2018.

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2006	2005
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	5.897	6.069
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - CNPq	266	260
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	233	391
Secretaria da Ciência Econômica do Estado de São Paulo	256	3.156
Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT	16	1.384
Coinbra Frutesp Ltda.	5	433
Outros	2.163	1.617
	<u>8.836</u>	<u>13.310</u>

Os adiantamentos efetuados pelas agências de fomento FINEP e CNPq representam as obrigações do IPT perante os créditos vinculados disponibilizados para execução de projetos específicos classificados na rubrica "Créditos vinculados".

12. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir perdas prováveis.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	2006	2005
Tributários	20.820	5.696
Cíveis	175	379
Trabalhistas	2.652	2.312
	<u>23.647</u>	<u>8.387</u>

Riscos Tributários

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

	2006	2005
ISS - auto de infração (a)	5.669	-
IPTU - execução fiscal (b)	4.537	4.305
ISS - execução fiscal (c)	1.902	1.391
Outros (d)	8.712	-
	<u>20.820</u>	<u>5.696</u>

(a) Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo em 27 de dezembro de 2006, decorrentes da ausência de recolhimento do Imposto Sobre Serviço - ISS sobre notas fiscais não emitidas, da ausência de recolhimento em prazo regular e do recolhimento a menor do imposto abrangendo o período de abril de 2000 a abril de 2005 no montante de R\$14.117, sendo R\$5.669 contabilizados como provisão para contingências e R\$8.448 contabilizados como obrigações tributárias. O IPT, através de seus assessores jurídicos, protocolizou impugnação aos autos.

(b) Refere-se à execução fiscal através da qual se pretende cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU referente aos exercícios de 1994 a 2003. O IPT aguarda a citação do processo.

(c) Refere-se à execução fiscal através da qual se pretende cobrar o ISS referente aos exercícios de 1992, 1994 e 1995. O IPT aguarda a citação do processo.

(d) Referem-se a riscos tributários para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

Riscos Cíveis

O IPT, em 31 de dezembro de 2006, é parte em 14 ações cíveis, no âmbito da justiça cível, movidas por prestadores de serviços e ex-colaboradores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.

Riscos Trabalhistas

O IPT, em 31 de dezembro de 2006, é parte em 107 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros (91 em 2005), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e complementos de dissídio.

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos do IPT, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. O saldo dos depósitos judiciais para os quais não há provisão para risco constituída, em 31 de dezembro de 2006, totaliza R\$330 (R\$346 em 2005) e está classificado na rubrica "Depósitos Judiciais" no ativo não circulante.

Contingências Passivas

O IPT, em 31 de dezembro de 2006, possui ações de natureza cível e trabalhista nos montantes de R\$3.535 e R\$1.050, respectivamente, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. De acordo com a legislação fiscal vigente, os livros fiscais do IPT estão sujeitos à revisão pelas Autoridades Fiscais, retroativamente, pelo período de até cinco anos, com referência a tributos e impostos federais, estaduais e municipais. Em 31 de dezembro de 2006, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Conseqüentemente, o IPT não tem registrada provisão para contingências para os riscos não acessados.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada e registrada com base no lucro real de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de um adicional de 10% sobre o montante anual que exceder R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% do lucro real.

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social devidas aos resultados dos exercícios são como segue:

	2006	2005
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.803)	1.440
Alíquota conforme a legislação fiscal vigente	34%	34%
	(1.973)	489
Diferenças temporárias:		
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(254)	(261)
Provisões	2.391	287
Outras	(4)	(23)
Diferenças permanentes:		
Multas	325	-
Outras	92	92
Imposto de renda e contribuição social	<u>577</u>	<u>584</u>

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita a sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis devem ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

Em 31 de dezembro de 2006, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa nos montantes de R\$63.621 e R\$10.392, respectivamente (R\$64.368 e R\$11.139, respectivamente em 2005). O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

14. CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto de 13.474.276.451 ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$0,01 cada uma, constituídas como segue:

	Quantidade de ações	Participação - %
Fazenda do Estado de São Paulo	13.474.183.519	100
Outros	92.932	-
Total	13.474.276.451	100

15. RESERVA DE CAPITAL

Representado por doações de bens e recursos a serem utilizados no cumprimento dos objetivos sociais do IPT. As doações recebidas no exercício totalizaram R\$703 (R\$1.302 em 2005).

16. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores estão assim compostos:

ISS - autos de infração	4.680
Provisão para riscos tributários	5.868
Baixa de ativo imobilizado não realizável	3.480
Baixa de investimento não realizável	46
	<u>14.074</u>

Em decorrência dos autos de infração lavrados e com base na opinião de seus assessores jurídicos no exercício, o IPT decidiu por registrar riscos tributários de competência de anos anteriores nas demonstrações financeiras.

17. TERMO DE COOPERAÇÃO

Em 20 de dezembro de 2004, o IPT firmou Termo de Cooperação Técnico-Científica com a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT pelo período de cinco anos, podendo ser prorrogado mediante termo de aditivo.

O Termo tem por objetivo o planejamento e a execução, por parte da FIPT e o IPT, de programas de cooperação técnico-científica, envolvendo atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação, transferência de tecnologia, cursos de pós-graduação, cursos de extensão e capacitação técnica, programas de estágio, treinamento e outras atividades relacionadas com suas respectivas áreas de competência e especialização.

Na execução dos planos de trabalho criados sob este Termo de Cooperação, a FIPT será a gestora de todos os recursos que remunerem o objeto do projeto e o IPT permanecerá na condição de executor. Encerrado o projeto, o eventual saldo financeiro apresentado pela FIPT será destinado ao apoio e ao fomento de atividades científicas e tecnológicas de interesse comum do IPT e da FIPT, respeitadas as missões institucionais de cada organização. Por conta do Termo de Cooperação foram registrados no exercício receitas de prestação de serviços no montante de R\$4.692 (R\$2.912 em 2005).

18. PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR

Em maio de 2003, o IPT instituiu o plano de assistência médica e hospitalar em regime de autogestão e contratação coletiva, por adesão espontânea de colaboradores e estagiários.

Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, de modo que a parcela do IPT equivale a 70% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas etárias do grupo familiar, padrão de atendimento escolhido e número de dependentes, limitados a 20% dos vencimentos nominais do mês em referência. O plano está sendo administrado pelo IPT nos termos da Lei Federal nº 9.656/98, e as contribuições realizadas pelo IPT no exercício findo em 31 de dezembro de 2006 totalizaram R\$1.987 (R\$1.556 em 2005).

Os valores arrecadados, provenientes das contribuições mensais, são depositados em conta corrente única, denominada Fundo IPT-Saúde. Em 31 de dezembro de 2006, os valores arrecadados atualizados montam a R\$49 (R\$190 em 2005). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2006, o IPT concedeu R\$450 a título de adiantamento para cobrir os compromissos financeiros assumidos pelo plano até aquela data.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, basicamente representados por aplicações financeiras, encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2006 com valores próximos aos praticados pelo mercado. O IPT não atua com derivativos financeiros nem com nenhum outro ativo financeiro de risco.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O IPT obteve o montante de R\$48.210, aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, como Dotação Orçamentária para o exercício de 2007 (R\$43.600 para o exercício de 2006), conforme aprovado na Lei do Orçamento do Estado de São Paulo nº 12.549 de 2 de março de 2007.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Diretoria do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. São Paulo - SP

1. Fomos contratados para examinar o balanço patrimonial do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. ("IPT"), levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Conforme consta da nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, o IPT tem registrado no ativo impostos a recuperar decorrentes das retenções no recebimento das faturas de clientes no montante de R\$5.191 mil em 31 de dezembro de 2006. Adicionalmente, compensou créditos fiscais com impostos a pagar no montante de R\$2.280 mil. Devido à falta de documentação-suporte e conciliação de referidos créditos com os respectivos registros e livros fiscais, não estamos em condições de completar os procedimentos julgados necessários para concluir sobre os impostos a recuperar e créditos compensados no montante de R\$7.471 mil naquela data.

3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, os trâmites legais para a regularização da propriedade do terreno e dos edifícios perante o Registro de Imóveis ainda não foram providenciados pela Administração. Devido à falta de desfecho em relação à definição sobre a propriedade desses ativos, não nos foi possível concluir sobre o valor residual do terreno e dos edifícios, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2006 soma R\$68.007 mil, nem sobre a depreciação reconhecida no resultado do exercício no montante de R\$715 mil e sobre os possíveis impactos fiscais referentes à depreciação acumulada reconhecida nos resultados dos exercícios anteriores.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações

financeiras, o IPT possui plano de assistência médica e hospitalar sob regime de autogestão. Entretanto, não possui cálculo atuarial atualizado que permita a adequada contabilização de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar os efeitos que resultariam da adoção de procedimentos de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para registro das transações do plano.

5. O IPT vem registrando as receitas de prestação de serviços quando da emissão da nota fiscal e/ou nota de débito, independentemente dos serviços executados. Adicionalmente, o IPT não possui um adequado controle interno que permita a alocação dos custos de mão-de-obra e serviços de terceiros em contrapartida à receita. Portanto, não nos foi possível concluir com relação à adequação do reconhecimento da receita, nem sobre a alocação dos custos dos serviços prestados de acordo com o princípio contábil de competência do exercício.

6. O IPT não possui análise para contas de ativo, que totalizam R\$2.515 mil, incluídas nas rubricas "Adiantamentos a colaboradores e terceiros" e "Outros créditos", e para contas de passivo no total de R\$4.650 mil, incluídas nas rubricas "Adiantamentos de clientes", "Provisões diversas", "Salários a pagar e encargos sociais" e "Obrigações tributárias". Não estamos em condições de completar os procedimentos julgados necessários para concluir sobre os valores registrados desses ativos e passivos.

7. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, o IPT firmou o Termo de Cooperação com a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT ("FIPT") para a realização de cursos e prestação de serviços (projetos) com clientes públicos e privados. A FIPT é a gestora de todos os recursos gerados nos projetos e cursos e o IPT permanece na condição de executor, sendo reembolsado pelos custos orçados. Adicionalmente, o IPT não possui adequado controle interno sobre os serviços que estão sendo alocados

aos serviços prestados (projetos) e aqueles montantes chamados de reembolso. Como conseqüência, as demonstrações financeiras do IPT podem não refletir necessariamente a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações que seriam obtidos caso o IPT não tivesse operado projetos e cursos em parceria com a FIPT no exercício.

8. Conforme consta da nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2006 há saldo de imobilizado em andamento no montante de R\$1.451 mil referente a máquinas e equipamentos adquiridos para projetos de fomento no período de 1994 a 1998, que já se encontram em uso desde aquelas datas, e suas respectivas depreciações acumuladas deveriam ter sido reconhecidas nos resultados dos respectivos exercícios.

Conseqüentemente, o ativo imobilizado está superavaliado e os prejuízos acumulados estão subavaliados no montante de R\$1.451 mil em 31 de dezembro de 2006.

9. Devido à relevância dos assuntos mencionados nos parágrafos anteriores, a extensão do nosso exame não foi suficiente para possibilitar expressar, e por isso não expressamos, opinião sobre as demonstrações financeiras do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2006, referidas no parágrafo 1.

10. As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, os quais emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 17 de março de 2006.

São Paulo, 09 de março de 2007

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Edimar Facco
Contador - CRC nº 1 SP 138635/O-2

Deloitte.

continua

continuação

IPT**INSTITUTO DE PESQUISAS
TECNOLÓGICAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, bem como suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2006, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e legislação tributária em vigor. Fundamentados nesse

exame e na análise dos balancetes mensais, bem como no Parecer dos Auditores Independentes, que acompanha o presente, entendem que os referidos demonstrativos refletem a situação patrimonial econômico-financeira do Instituto, com as ressalvas apontadas no referido parecer e, notadamente, com sua conclusão apresentada no item 9: "Devido à relevância dos assuntos mencionados nos parágrafos anteriores, a extensão do nosso exame não foi suficiente para possibilitar expressar, e por isso não expressamos, opinião sobre as demonstrações

financeiras do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT em 31 de dezembro de 2006, referidas no parágrafo 1º"; estando em condições de serem submetidos à apreciação dos senhores Acionistas.

São Paulo, 20 de março de 2007

José Luiz Lima
Roberto de Franciso
Luiz Carlos Kal lamondi Machado

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALBERTO GOLDMAN
Presidente

CARLOS AMÉRICO PACHECO
Vice-Presidente

MEMBROS

SÉRGIO TIEZZI
JOSÉ ROBERTO MELHEM

CARLOS HENRIQUE FLORY
LAURO MALHEIROS NETO

RONALDO BIANCHI
VAHAN AGOPYAN

DIRETORIA

VAHAN AGOPYAN - Diretor Presidente

MARCOS TADEU PEREIRA
Diretor de Operações
e Negócios

ALTAMIRO FRANCISCO DA SILVA
Diretor Financeiro

OSWALDO POFFO FERREIRA
Diretor de Organização e
Processos

JOÃO MODESTO COPOLA - Contador CRC 1 SP 186701/O-9

IPT

Instituto de Pesquisas Tecnológicas

**Secretaria de
Desenvolvimento**

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

Instituto de Especialidades Pediátricas de São Paulo S/A

CNPJ 66.750.613/0001-54

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos aqui, para exame e deliberação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido referente ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2006. Comunicamos outrossim, permanecermos ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 19 de Abril de 2007.

Balanço Patrimonial 31/12/2006 - Em Reais			Demonstração de Resultados 31/12/2006 - Em Reais		
	31/12/2006	31/12/2005		31/12/2006	31/12/2005
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	7.881.086,66	7.167.197,96	Circulante	2.985.037,66	2.425.766,17
Disponível	451.990,89	266.537,19	Fornecedores	592.778,92	558.814,29
Caixa	10.500,00	139.920,87	Honorários Médicos a Reembolsar	671.574,46	514.239,89
Bancos	441.490,89	126.616,32	Folhas a Pagar	91.046,78	122.022,42
Contas a Receber	6.843.981,10	6.350.988,27	Provisões s/Folha	271.173,24	233.152,60
Clientes	6.843.981,10	6.350.988,27	Impostos, Taxas, Contrib. a Recolher	1.193.919,22	940.082,34
Estoques	259.659,29	401.025,96	Outras Contas a Pagar	164.545,04	57.454,63
Almoxarifado	259.659,29	401.025,96	Exigível a Longo Prazo	4.425.891,70	3.701.937,82
Impostos a Recuperar	208.667,98	148.646,54	C/C Pessoas e Empresas Ligadas	795.677,13	1.828.681,85
Impostos e Contribuições Retidas	208.667,98	148.646,54	Impostos, Taxas, Contr.a Recolher	2.408.430,53	1.864.550,38
Adiantamentos	116.787,40	-	Adiantamento p/ aumento de capital	1.221.784,04	8.705,59
Adiantamento a Fornecedores	116.787,40	-	Patrimônio Líquido	10.920.265,34	12.061.702,41
Realizável a Longo Prazo	26.691,79	20.456,63	Capital	14.000.000,00	14.000.000,00
Títulos de Capitalização	21.684,79	20.456,63	Capital Social	14.000.000,00	14.000.000,00
Depósitos Judiciais	5.007,00	-	Reservas	21.253,69	21.253,69
Permanente	10.423.416,25	11.001.751,81	Reserva Legal	21.253,69	21.253,69
Investimentos	2.494.196,62	2.499.022,60	Lucros/Prejuízos Acumulados	(3.100.988,35)	(1.959.551,28)
Fundo Imobiliário	2.478.196,62	2.478.196,62	Lucros Exercícios Anteriores	(1.959.551,28)	(2.053.612,83)
Participações em Outras Empresas	16.000,00	20.825,98	Lucros/Prejuízos Ex. Atual	(1.141.437,07)	94.061,55
Imobilizado	5.973.854,33	5.988.691,91	Total Passivo	18.331.194,70	18.189.406,40
Terrenos	149.553,42	149.553,42	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais		
Constr. Civis Prédios	68.607,21	68.607,21	Capital Res. Legal		
Máquinas, Móveis e Utensílios	7.054.679,34	6.885.701,66	Saldo 31.12.04	14.000.000,00	16.303,08
Depreciações	(1.298.985,64)	(1.115.170,38)	Aj. Exer. Anteriores	-	(52.238,73)
Diferido	1.955.365,30	2.514.037,30	Lucro do Exerc.	-	99.012,16
Diferido a Realizar	1.955.365,30	2.514.037,30	Constituição de Res.	4.950,61	(4.950,61)
Total Ativo	18.331.194,70	18.189.406,40	Saldo 31.12.05	14.000.000,00	21.253,69
			Prej. do Exerc.	-	(1.141.437,07)
			Saldo 31.12.06	14.000.000,00	21.253,69

Notas Explicativas - Em Reais

Contexto Operacional: O Instituto de Especialidades Pediátricas de São Paulo S/A é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo o atendimento médico hospitalar, prestando estes serviços aos beneficiários dos planos de saúde, convênios e particulares. **1. Principais Práticas Contábeis:** a) **Apresentação das Contas:** No Ativo e Passivo Circulante estão classificados os valores realizáveis e exigíveis durante o próximo exercício. b) **Estoques:** São avaliados ao custo médio, inferior aos valores de mercado. c) **Imobilizado:** É demonstrado ao custo mais correção monetária e as depreciações pelo método linear às taxas máximas permitidas pela legislação em vigor. d) **Folha de Pagamento:** e as provisões de 13º salário e férias estão atualizados até a data deste Balanço contemplando todos os encargos relativos. e) **Receita Bruta:** estão incluídos os honorários médicos. **2. Capital Social:** O Capital Soci-

al, totalmente integralizado é de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) sendo 14.000.000 (quatorze milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal **3. Seguros:** Os bens da Sociedade estão segurados, através das apólices da Mafre Vera Cruz Seguradora S/A., conforme discriminamos a seguir:

Objeto	Valor Segurado - Em Reais
Incêndio / Raio / Explosão / Impl.	28.000.000,00
Recomposição de Documentos	4.000,00
Impacto Veículos / Queda Aeronaves	2.800.000,00
Danos Elétricos	500.000,00
Vendaval	200.000,00
Roubo e Furto de Bens	30.000,00
Quebra de Vidros	10.000,00

MASTER PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ Nº 07.868.194/0001-90

Relatório da Administração

A Diretoria da Master Participações S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o relatório da administração referente ao exercício encerrado em 31.12.2006, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404/76. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista, bem como a administração de bens próprios. Em 30.06.2006, a Companhia tornou-se detentora de 40.832 ações da Master Publicidade S.A. (CNPJ/MF nº 04.513.101/0001-17) em razão da integralização de ações subscritas pela ALF-Administração de Bens e Participações Ltda. (CNPJ/MF nº 81.211.997/0001-20). Os resultados da Companhia estão devidamente refletidos nas demonstrações financeiras e foram adequadamente contabilizados. Conforme as demonstrações financeiras, a Companhia apresentou prejuízo para o exercício encerrado em 31.12.2006. São Paulo, 16 de abril de 2007. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2006 (em reais)			Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 (em reais)		
	2006			2006	
Ativo		Passivo e Patrimônio Líquido		2006	
Circulante		Exigível a Longo Prazo			
Caixa	100,00	Debêntures a pagar	1.211.841,00	(Despesas) Receitas Operacionais	2006
Total do circulante	100,00	Total do exigível a longo prazo	1.211.841,00	Equivalência patrimonial	(352.198,84)
Realizável a Longo Prazo		Patrimônio Líquido		Resultado Operacional	(352.198,84)
Partes relacionadas	1.211.841,00	Capital Social	1.135.881,00	Prejuízo antes do Imposto de Renda e CS	(352.198,84)
Total do realizável a longo prazo	1.211.841,00	Resultados acumulados	(352.198,84)	Prejuízo Líquido do Exercício	(352.198,84)
Permanente		Total do Patrimônio Líquido	783.682,16	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 (em reais)	
Investimentos	783.582,16	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.995.523,16	Origens de Recursos	2006
Total do permanente	783.582,16			Das operações:	
Total do Ativo	1.995.523,16			Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(352.198,84)
Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 - (em reais)					
Capital Social				Itens que não afetam o capital circulante líquido:	
Social	1.135.881,00	Lucros Acumulados		Equivalência patrimonial	352.198,84
Total	1.135.881,00	Total		De terceiros:	
Integralização de capital	1.135.881,00			Emissão de debêntures	1.211.841,00
Prejuízo líquido do exercício	-			De acionistas:	
Saldos em 31/12/2006	1.135.881,00			Integralização de capital	1.135.881,00
				Total das Origens	2.347.722,00
				Aplicações de Recursos	
				Aquisição de participação societária	1.135.781,00
				Transações com partes relacionadas	1.211.841,00
				Total das aplicações	2.347.622,00
				Aumento do Capital Circulante Líquido	100,00
				Representados por:	
				Ativo circulante: No fim do exercício	100,00
				Aumento	100,00
				Aumento do Capital Circulante Líquido	100,00
				Antonio Luiz de Freitas	Diretor
				Wesley Lucio C. de Melo	Contador CRC/SP 217277/O-1